

Fiesp aceita a recessão para organizar economia

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — Qualquer ajuste sério da economia brasileira, neste ou no próximo Governo, significará sacrifícios para toda a sociedade e até mesmo um período de recessão, "ainda que administrável", segundo avaliação feita dos empresários que participaram do fórum para elaboração de proposta de reforma econômica a ser submetida ao próximo Presidente da República. O plano de emergência, que vem sendo preparado há um mês e deve ficar pronto em 15 dias, inclui uma série de sugestões de ajuste econômico, entre os quais um duro ajuste fiscal, redução do déficit público, privatização de empresas estatais e abertura da economia brasileira.

O projeto de emergência está sob a responsabilidade de assessores econômicos da Fiesp, da Federação do Comércio de São Paulo e da Associação Comercial de São Paulo que durante três meses se dedicaram à análise das experiências inflacionárias do Chile, Bolívia, Argentina e Peru. Por essa avaliação, desde que adotadas algumas medidas urgentes, o Brasil poderia ainda escapar do perigo sempre presente da hiperinflação, que vitimou três países visitados e ameaça o quarto, o Peru, nos próximos meses.

Segundo os economistas, a política "banho maria", empregada pelas autoridades econômicas brasileiras, deve permitir ao País ultrapassar o período de eleição e posse do novo Presidente, que receberá a faixa do presidente Sar-

ney num quadro da economia aparentemente tranquilo, embora com a inflação crescente "em ritmo lento". Por isso eles têm recomendado às lideranças empresariais que apóiam a política de juros reais altos, de controle da emissão de moeda e de rolagem da dívida pública. "Essas medidas têm sustentado o período, sem que a inflação desgarre e caminhe para a hiperinflação", disse Antônio Carlos Borges, assessor da Federação do Comércio de São Paulo.

A partir da posse do próximo Presidente, de acordo com os economistas, será necessário implantar um programa de reformas da economia. Deverá ser privilegiado um ajuste interno, base de toda a transformação do atual quadro, atacando diretamente as causas de inflação que são o déficit público e o desperdício. Os economistas vão sugerir propostas concretas para o sucesso desse plano, com o objetivo de retomar o crescimento econômico ao mesmo tempo em que se reduz a inflação. A questão da dívida na opinião dos economistas, não deve ter prioridade porque "trata-se de consequências".

Se for feito o ajuste interno necessário, a dívida pode ser renegociada em outras bases", afirmou Borges. Para ele, o próximo governo deve ter sua prioridade, mas em nenhuma das alternativas o País escapará de um processo recessivo. "O desaquecimento da economia será inevitável, em grau a ser definido pelo novo governo. Achamos porém que deve existir um processo de seleção de medidas que permita diferenciar os setores que farão maior ou menor sacrifício", afirmou.

O presidente da Fiesp, Mário Amato, que recomenda uma recessão "saudável" para a economia se restabelecer em um ou dois anos depois da posse do novo Presidente, acrescentou que os empresários estão dispostos a fazer novos sacrifícios, inclusive aceitando uma nova carga tributária, dentro da proposta de um ajuste fiscal profundo. "Mas só nos proporemos a adotar medidas duras desde que a arrecadação tributária esteja vinculada diretamente a obras de infra-estrutura e desenvolvimento da economia", disse.

Segundo Amato, os empresários apoiarão o novo governo, seja ele qual for, mas defenderão uma divisão equitativa dos sacrifícios que serão necessários. "Precisamos engajar empresários e trabalhadores nessa questão", observou, acrescentando que prevê um período de tranquilidade até o novo Presidente, se algumas medidas forem adotadas agora para redução do consumo e aumento da produtividade. Considerou difícil, porém, a implantação dessas metas em função da indexação da economia e do efeito riqueza que tem provocado aumento da demanda.

O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman, discordou da tese de aplicação de uma recessão saudável na economia, defendida por Amato, explicando que vê saídas para a crise econômica sem a necessidade de reduzir a demanda geral. "Estamos estudando fórmulas e alternativas, mas admitimos que será difícil fazer o ajuste necessário sem que setores da sociedade sejam penalizados novamente", disse.